



AO DOMINGO

O perdão de Bruxelas dura só até setembro?



Fernando Gomes
Economista

“ Não creio. Esta vitória de António Costa com o cancelamento da sanção não ficou a dever-se apenas à pressão política e diplomática que persistentemente soube exercer ou à cumplicidade dos partidos europeus homólogos que conseguiu suscitar. Nem, tampouco, aos argumentos técnicos que o Governo soube esgrimir. Ficou sobretudo a dever-se à perspetiva de que o défice para este ano aparecerá já corrigido para valores muito perto dos exigidos por Bruxelas. Poderá mesmo acontecer, com elevada probabilidade, que Portugal venha a cumprir integralmente a meta que nos foi imposta pelas instituições europeias. Seria uma profunda injustiça e de uma tremenda insensatez penalizar o nosso país para o obrigar a corrigir um percurso que está já a ser corrigido. E, depois, cortar nos fundos estruturais não seria só insensato, seria estúpido. Se o principal objetivo dos fundos é fomentar o crescimento económico e promover o desenvolvimento, privar o país dessa ajuda nesta fase seria atrasar a chegada à meta. Por muito que o senhor Dijsselbloem lhe custe, lá terá que repetir em setembro - 'Dececionante'. ”



Sebastião Fyfe de Azevedo
Reitor
da Universidade
do Porto

“ Não, vai durar bastante mais. Sobre este tema escrevi no dia 10 de julho passado que a pressão psicológica a que estivemos submetidos nos últimos tempos, e que se manterá, iria ser a sanção do imediato, escolhida pelo núcleo duro europeu, entre outras razões pelo facto simples de que, na atual conjuntura global de crise da União Europeia, sanções materiais diretas a um ou dois países não seriam compreendidas, seriam percebidas como injustas e teriam com toda a probabilidade um efeito de boomerang de agravamento dessa crise global. Nesta linha de raciocínio, certamente que não teremos novas sanções em setembro, mas percebermos que iremos ter que tomar medidas internas de reforma material e cultural por nossa iniciativa, por razão da nossa visão e inteligência, não por razões externas indignas e ofensivas, se queremos ultrapassar as barreiras que têm impedido a nossa convergência para os padrões de vida médios da União a que pertencemos. E esse é o cerne da questão, há muitos anos. Temos que perguntar a nós próprios - sendo que somos um país desenvolvido à escala mundial, porque é que não conseguimos convergir para padrões de qualidade de vida médios da Europa? Como tenho escrito, olhemos para a nossa organização coletiva, para a nossa governação pública e, principalmente, para a nossa permissividade social... ”